

Notícias do dia 14 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Terça-Feira, 14 de Dezembro de 2021

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 7

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Linha cruzada - FIO DIRETO 3

DM ANÁPOLIS - GO - COTIDIANO
TCE - GO

Câmara de Anápolis confere Comenda Henrique Santillo a 29 personalidades 4

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO

Daniel Vilela quer resgatar legado de Maguito em Aparecida 5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Sessão de hoje tem 97 processos para apreciação dos deputados 7

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Sessão de hoje tem 97 processos para apreciação dos deputados 9

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO

Sessão de hoje tem 97 processos para apreciação dos deputados 11

SUCESSO NO CAMPO - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Seapa é primeiro lugar na Categoria II do prêmio Goiás Mais Transparente 13

Linha cruzada - FIO DIRETO

Cloves Reges

O corregedor geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conselheiro Sebastião Tejota**, destacou o crescimento do índice geral de transparência pública do Estado de Goiás nos últimos três anos. O percentual de transparência dos órgãos estaduais cresceu quase 30 pontos entre 2019 e 2021 e chegou a 81,97%. "É um salto mais que considerável no avanço do índice geral de transparência na administração pública do Estado de Goiás", frisa Tejota.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20211214>

Câmara de Anápolis confere Comenda Henrique Santillo a 29 personalidades

Nesta quinta-feira, 16 de dezembro, a Câmara Municipal de Anápolis realiza a 17ª edição da cerimônia de entrega da Comenda Henrique Santillo, uma das mais importantes honrarias conferidas no município. A sessão solene acontece no Centro Cultural São Francisco de Assis, no Bairro Jundiá, às 19h, e será transmitida ao vivo pelo canal da TV Câmara Anápolis no Youtube (www.youtube.com/camaraanapolis).

Indicados pelos vereadores e pela Mesa Diretora do Poder Legislativo após criterioso processo de escolha, serão homenageadas 29 personalidades, das mais diversas áreas de atuação, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município e aos anapolinos.

A Comenda Henrique Santillo foi instituída por meio da Resolução nº 007, de 20 de abril de 2004, iniciativa do então vereador José Vieira da Silva. Teve aprovação unânime dos vereadores da 14ª legislatura. Apenas em 2020 não foi realizada, devido à pandemia da Covid-19.

Trata-se também de uma homenagem do Legislativo ao médico Henrique Santillo, referência política no Brasil, tendo ocupado funções como vereador, prefeito, deputado estadual, senador, governador, ministro da Saúde, secretário da Saúde de Goiás e conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**.

Morreu em 25 de junho de 2002. Serviço: Evento: Entrega da Comenda Henrique Santillo Data: 16.12.2021 (quinta-feira) Horário: 19 horas Local: Centro Cultural São Francisco de Assis Endereço: Avenida Pinheiro Chagas, nº 500, Bairro Jundiá, Anápolis (GO)

Governador Ronaldo Caiado será um dos homenageados com a comenda que leva o nome do ex-prefeito de Anápolis e ex-governador Henrique Santillo

Site:

<https://www.dmanapolis.com.br/envios/2021/12/14/jornalimpressodmanapolisedicao00211.pdf>

Daniel Vilela quer resgatar legado de Maguito em Aparecida

Sugestão acatada

Já no discurso de encerramento da 2ª edição do Mutirão Iris Rezende **Governo de Goiás**, o governador **Ronaldo Caiado** (DEM) disse que havia acatado a sugestão de Daniel Vilela (MDB) e vai colocar tendas em alguns bairros de Aparecida de Goiânia para continuar o cadastramento de famílias vulneráveis. "É o momento de mostrarmos para as pessoas o que o Estado pode fazer", frisou.

Programas Sociais

Durante o Mutirão em Aparecida de Goiânia, o **Governo de Goiás** contemplou 500 famílias com o programa Pra Ter onde Morar - Aluguel Social, que prevê uma ajuda mensal de R\$ 350 para famílias carentes com déficit habitacional. Também foram entregues 2.614 cartões do programa Mães de Goiás, que concede R\$ 250 em créditos mensais às mães com filhos de zero a seis anos.

Não embarca

Nos bastidores, a aposta é que o prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha (sem partido), não deve embarcar no PL de Magda Mofatto. O ex-emedebista tem admitido para aliados que apenas a garantia do diretório goiano, de que ele será o candidato da sigla em Goiás, não é suficiente. A avaliação é que ninguém é capaz de prever o humor de Bolsonaro, um quase dono do partido.

Compliance

Com 100% de atendimento aos requisitos do Programa de Compliance Público do **Governo de Goiás**, a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) conquistou o topo do pódio em Transparência na Categoria II do Prêmio Goiás Mais Transparente.

Explicando

Em entrevista ao jornalista Jackson Abrão, do jornal O Popular, o presidente regional do PP, Alexandre Baldy, disse que o veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao seu nome para o cargo de articulador político no Ministério da **Economia** se deu porque ele não teria concordado em fechar apoio eleitoral ao projeto

político de Bolsonaro em Goiás. "O PP hoje está com Caiado", disse.

Cutucada

Do governador **Ronaldo Caiado** diante da alta demanda por serviços básicos verificada no Mutirão do **Governo de Goiás** em Aparecida de Goiânia: "Não é digno alegar que existe cidade inteligente onde pessoas têm carências absolutas nas condições de morar, de viver, de se alimentar, de ter condições mínimas necessárias para ter cidadania".

Senado aprova medidas de auxílio a estados e ao DF

O Plenário do Senado Federal aprovou, na última quinta-feira (09/12), projeto de lei complementar que institui o Plano de Auxílio a estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Relatado pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), o projeto exclui novas despesas do teto definido na renegociação das dívidas dos estados com a União.

O projeto permite que os estados que renegociaram dívidas com a União com base nas Leis Complementares 156, de 2016, e 159, de 2017, possam tirar do teto de gastos despesas pagas com recursos transferidos pelo governo federal para os fundos que financiam a educação e a saúde e para pagar o salário-educação e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

De acordo com o texto, ficam de fora todas as despesas pagas com transferências federais vinculadas a setores específicos e ainda os gastos feitos com os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a Cide, também repassados pela União aos estados.

Linha cruzada

O corregedor geral do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, **conselheiro Sebastião Tejota**, destacou o crescimento do índice geral de transparência pública do Estado de Goiás nos últimos três anos. O percentual de transparência dos órgãos estaduais cresceu quase 30 pontos entre 2019 e 2021 e chegou a 81,97%. "É um salto mais que considerável no avanço do índice geral de transparência na administração pública do Estado de Goiás", frisa



Tejota.

Site: <https://www.dm.com.br/politica/2021/12/daniel-vilela-quer-resgatar-legado-de-maguito-em-aparecida/>

Sessão de hoje tem 97 processos para apreciação dos deputados

A sessão plenária desta terça-feira, 14, tem na pauta propostas de iniciativa parlamentar e do Poder Executivo. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020. O encontro terá início às 15 horas, no plenário Getulino Artiaga. A população poderá acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta terça-feira, 14, deve contar com 97 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião desta semana será realizada em caráter ordinário por meio do sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano.

Entre as matérias em pauta, 94 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 19 propostas em fase de votação definitiva, 65 em primeira apreciação, e dez pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, a pauta traz dois projetos de lei em fase de votação definitiva. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dos processos já constantes da pauta, que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21 e nº 9101/21. O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD). O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia

destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)."

Já o segundo projeto citado, trata de autorizar a venda do Hospital do Servidor Público (HSP) para o Estado. A proposta obteve 24 votos favoráveis e 11 contrários em sua primeira fase de votação, nessa segunda-feira, 13, e é motivadora de argumentações contrárias e favoráveis e, também, de intensos debates.

Segundo informa a Governadoria no projeto de lei encaminhado para a análise do Legislativo goiano, a aquisição do HSP, que hoje pertence ao Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipsago), está sendo feita para abrigar o Hospital Materno-Infantil Dr. Jurandir do Nascimento (HMI). A justificativa é de haver necessidade de mudança da sede dessa unidade de saúde, que estaria operando acima de sua capacidade instalada.

Na reunião extraordinária realizada na segunda-feira, 13, o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB) esclareceu a visão do Executivo ao propor a matéria. O parlamentar disse que o estado não está vendendo e sim ampliando a rede de saúde dos segurados do Ipsago. "Vamos dar um presente aos servidores, já que, na verdade, o hospital acarreta em prejuízos ao usuário que, em caso de urgência, tem que se deslocar para ser atendido."

A ideia do Governo, segundo Bruno Peixoto, é eliminar esse transtorno e ampliar o atendimento por meio de policlínicas que já estão aprovadas para serem instaladas em diversas regiões do estado. "Aquele cidadão que mora em cidades do interior e que, hoje, tem que se deslocar para a Capital, poderá ser atendido em um lugar próximo à sua casa. Com a medida, ainda vamos dar um presente para **Goiânia**, que é o Hospital da Criança e o Hospital da Mulher", afirmou o líder governista.

Para Antônio Gomide (PT), a justificativa do chefe do Executivo de que ele precisa de uma unidade de saúde para implantar o Hospital Materno-Infantil não se justifica. "Muitos hospitais foram desativados e os

prédios estão vazios. Então, se o governador tem dinheiro para comprar a unidade dos servidores, que compre um desses imóveis para implantar o Materno-Infantil", salientou.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 14, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/122373/sessao-de-hoje-tem-97-processos-para-apreciacao-dos-deputados>

Sessão de hoje tem 97 processos para apreciação dos deputados

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta terça-feira, 14, deve contar com **97 processos** legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião desta semana será realizada em caráter ordinário por meio do sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano.

Entre as matérias em pauta, 94 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 19 propostas em fase de votação definitiva, 65 em primeira apreciação, e dez pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, a pauta traz dois projetos de lei em fase de votação definitiva. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dos processos já constantes da pauta, que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21 e nº 9101/21. O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD). O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)."

Já o segundo projeto citado, trata de autorizar a venda do Hospital do Servidor Público (HSP) para o Estado. A proposta obteve 24 votos favoráveis e 11 contrários em sua primeira fase de votação, nessa segunda-feira,

13, e é motivadora de argumentações contrárias e favoráveis e, também, de intensos debates.

Segundo informa a Governadoria no projeto de lei encaminhado para a análise do Legislativo goiano, a aquisição do HSP, que hoje pertence ao Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), está sendo feita para abrigar o Hospital Materno-Infantil Dr. Jurandir do Nascimento (HMI). A justificativa é de haver necessidade de mudança da sede dessa unidade de saúde, que estaria operando acima de sua capacidade instalada.

Na reunião extraordinária realizada na segunda-feira, 13, o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB) esclareceu a visão do Executivo ao propor a matéria. O parlamentar disse que o estado não está vendendo e sim ampliando a rede de saúde dos segurados do Ipasgo. "Vamos dar um presente aos servidores, já que, na verdade, o hospital acarreta em prejuízos ao usuário que, em caso de urgência, tem que se deslocar para ser atendido."

A ideia do Governo, segundo Bruno Peixoto, é eliminar esse transtorno e ampliar o atendimento por meio de policlínicas que já estão aprovadas para serem instaladas em diversas regiões do estado. "Aquele cidadão que mora em cidades do interior e que, hoje, tem que se deslocar para a Capital, poderá ser atendido em um lugar próximo à sua casa. Com a medida, ainda vamos dar um presente para **Goiânia**, que é o Hospital da Criança e o Hospital da Mulher", afirmou o líder governista.

Para Antônio Gomide (PT), a justificativa do chefe do Executivo de que ele precisa de uma unidade de saúde para implantar o Hospital Materno-Infantil não se justifica. "Muitos hospitais foram desativados e os prédios estão vazios. Então, se o governador tem dinheiro para comprar a unidade dos servidores, que compre um desses imóveis para implantar o Materno-Infantil", salientou.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 14, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual

de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/sessao-de-hoje-tem-97-processos-para-apreciacao-dos-deputados/>

Sessão de hoje tem 97 processos para apreciação dos deputados

Da Redação

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta terça-feira, 14, deve contar com 97 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a segunda reunião desta semana será realizada em caráter ordinário por meio do sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano.

Entre as matérias em pauta, 94 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 19 propostas em fase de votação definitiva, 65 em primeira apreciação, e dez pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, a pauta traz dois projetos de lei em fase de votação definitiva. Há também, para análise dos deputados, em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dos processos já constantes da pauta, que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21 e nº 9101/21. O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD). O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)."

Já o segundo projeto citado, trata de autorizar a venda do Hospital do Servidor Público (HSP) para o Estado.

A proposta obteve 24 votos favoráveis e 11 contrários em sua primeira fase de votação, nessa segunda-feira, 13, e é motivadora de argumentações contrárias e favoráveis e, também, de intensos debates.

Segundo informa a Governadoria no projeto de lei encaminhado para a análise do Legislativo goiano, a aquisição do HSP, que hoje pertence ao Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipsago), está sendo feita para abrigar o Hospital Materno-Infantil Dr. Jurandir do Nascimento (HMI). A justificativa é de haver necessidade de mudança da sede dessa unidade de saúde, que estaria operando acima de sua capacidade instalada.

Na reunião extraordinária realizada na segunda-feira, 13, o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB) esclareceu a visão do Executivo ao propor a matéria. O parlamentar disse que o estado não está vendendo e sim ampliando a rede de saúde dos segurados do Ipsago. "Vamos dar um presente aos servidores, já que, na verdade, o hospital acarreta em prejuízos ao usuário que, em caso de urgência, tem que se deslocar para ser atendido."

A ideia do Governo, segundo Bruno Peixoto, é eliminar esse transtorno e ampliar o atendimento por meio de policlínicas que já estão aprovadas para serem instaladas em diversas regiões do estado. "Aquele cidadão que mora em cidades do interior e que, hoje, tem que se deslocar para a Capital, poderá ser atendido em um lugar próximo à sua casa. Com a medida, ainda vamos dar um presente para **Goiânia**, que é o Hospital da Criança e o Hospital da Mulher", afirmou o líder governista.

Para Antônio Gomide (PT), a justificativa do chefe do Executivo de que ele precisa de uma unidade de saúde para implantar o Hospital Materno-Infantil não se justifica. "Muitos hospitais foram desativados e os prédios estão vazios. Então, se o governador tem dinheiro para comprar a unidade dos servidores, que compre um desses imóveis para implantar o Materno-Infantil", salientou.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 14, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: <https://www.gazetaplay.com.br/sessao-de-hoje-tem-97-processos-para-apreciacao-dos-deputados/>

Seapa é primeiro lugar na Categoria II do prêmio Goiás Mais Transparente

Programa de Compliance Público do Governo de **Goiás**

Secretaria também recebeu reconhecimento em Inovação em Transparência Pública pelo programa Seapa em Campo

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) foi um dos destaques do evento que celebrou, na quinta-feira (9/12), os melhores desempenhos no Programa de Compliance Público (PCP) do Estado de **Goiás** em 2021. Com 100% de atendimento aos requisitos do PCP, a Seapa ficou em primeiro lugar na Categoria II - Órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas - do prêmio **Goiás** Mais Transparente, que avalia a adequação dos portais de Acesso à Informação às normas da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**. A Secretaria ficou ainda em nono lugar no prêmio Inovação em Transparência Pública, pelo programa Seapa em Campo.

O evento foi realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO) e integrou a programação da Semana Internacional de Combate à Corrupção (SICC) - Edição 2021. Prestigiaram a cerimônia de entrega de prêmios o governador Ronaldo Caiado, o vice-presidente do TJGO, Zacarias Coelho, o **conselheiro** do **TCE-GO**, **Sebastião Tejeta**, a subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais de **Goiás**, Laura Bueno, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, o titular da Seapa, Tiago Mendonça, e outros secretários e presidentes de autarquias, fundações e empresas, além de gestores e assessores das pastas estaduais.

Em seu discurso, o governador Ronaldo Caiado falou da importância do Programa de Compliance Público e o comparou à "medicina preventiva". Ele citou levantamento da **CGE** indicando que, por causa do PCP, o Governo de **Goiás** já economizou mais de R\$ 1,5 bilhão em dois anos. "Graças ao Compliance, fizemos com que grande parte dos programas e dos contratos não caminhassem para um lado que desse prejuízo ao povo goiano. Trouxemos benefícios para a população goiana de mais de 1,5 bilhão que não foram desviados e, como tal, bem aplicados para a sociedade", disse Caiado. "A cada dia que passa, a cada ano, o Compliance Público está sendo

consolidado, está mais eficiente, chegando nas pessoas. Já temos mais de 5 mil pessoas que fizeram cursos orientados pela **CGE**", completou.

O secretário Tiago Mendonça recebeu os prêmios em nome da equipe da Seapa. Ele atribuiu a conquista ao esforço conjunto realizado pela equipe da secretaria. "É um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2019 e envolveu a alta administração e servidores de todas as áreas para atender requisitos e promover a transparência da melhor maneira possível", lembrou. Mendonça sublinhou ainda a abertura da **CGE** para dialogar e ajudar os órgãos na adequação aos quatro eixos do PCP: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos.

Riscos mapeados

Pela Seapa, também prestigiaram a cerimônia o superintendente de Gestão Integrada, Sérgio Borges, o superintendente de Produção Rural Sustentável, Donalvam Maia, e o analista de comunicação Renan Rigo, membro da Secretaria-Executiva do PCP/Seapa. "Ficamos felizes com o resultado porque ele mostra que, além de fazer as entregas, a Secretaria se preocupa em como fazer essas entregas", afirmou o superintendente Sérgio Borges. Para ele, o Programa de Compliance Público contribui muito com a gestão por prevenir problemas e estabelecer padrões. "Na Seapa, todas as superintendências estão com seus riscos mapeados, e as ações são avaliadas mensalmente pelo Comitê do PCP/Seapa, sob o comando do secretário e com a ajuda do nosso Controle Interno", explica.

O analista de comunicação Renan Rigo coordenou o trabalho de aprimoramento do portal de Acesso à Informação da Secretaria, reconhecido com o primeiro lugar na Categoria II do prêmio **Goiás** Mais Transparente. Segundo ele, este é um trabalho contínuo que não termina com a premiação. "A **CGE** e o **TCE** atualizam constantemente os requisitos de transparência e precisamos estar atentos às mudanças. É um trabalho a muitas mãos, e o foco é prestar um serviço cada vez melhor ao cidadão na área de transparência", definiu.

Outro destaque da Secretaria, o programa Seapa em Campo foi reconhecido com o nono lugar no prêmio Inovação em Transparência Pública por levar

informações sobre os programas governamentais aos goianos que vivem nos municípios do interior e nas propriedades da zona rural. Com a iniciativa, o órgão alcança uma parcela do seu público-alvo que tem acesso precário a internet, telefonia e veículos convencionais de comunicação.

Balanco

Durante o evento, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, fez um balanço dos três primeiros anos de vigência do Programa de Compliance Público do Estado de **Goiás**. No primeiro ano (2019), 21 órgãos aderiram ao PCP e a nota média foi de 61.83. No segundo ano, 38 órgãos participaram do programa e a nota média aumentou para 71.91. No terceiro (2021), 45 órgãos integraram a iniciativa e nota média chegou a 76.94. "O PCP está implantado em todos os órgãos do Governo de **Goiás**, isso não se repete em nenhuma outra unidade da Federação", ressaltou ele. Ziller lembrou ainda que o PCP previne o mau uso do dinheiro público e melhora o desempenho estatal. "Não trabalhamos por grandes mudanças pontuais, mas por inúmeras pequenas mudanças incrementais que vão qualificando a gestão como um todo", completou.

A cerimônia de entrega de prêmios do Programa de Compliance Público do Governo de **Goiás** foi transmitida pelo canal da **CGE** no Youtube. O vídeo **e s t á d i s p o n í v e l** no link: <https://www.youtube.com/watch?v=3HDv5H0vZpc>.

Fonte: SEAPA

Site: <https://www.sucessonocampo.com.br/seapa-e-primeiro-lugar-na-categoria-ii-do-premio-goias-mais-transparente/>